

*Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste*  
*Autoridade Bankaria no Pagamentu Timor-Leste ninian*

# RELATÓRIO ANUAL 2002/03

## ANNUAL REPORT

---

***Relatório Anual da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste***  
*no período entre 1 de Julho de 2002 e 30 de Junho de 2003*

***Banking and Payments Authority of Timor-Leste Annual Report***  
*for the period July, 1 2002 to June, 30 2003*



*Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste*  
*Autoridade Bankaria no Pagamentu Timor-Leste Ninian*

# **Relatório Anual**

Annual Report

**Ano 2002/2003**

(1/Jul/2002 – 30/Jun/2003)

Dili  
2003



## ***Nota Introdutória***

O ano que decorreu entre Julho de 2002 e Junho de 2003 foi o primeiro ano (fiscal) completo da vida da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste (ABP/BPA) já que esta instituição nasceu, com o presente formato e Estatutos, em Novembro de 2001. Não obstante esta “juventude”, julgamos poder afirmar que durante este período a ABP/BPA conseguiu atingir um grau de consolidação interna e de coesão institucional muito para além das expectativas iniciais.

Ao longo do seu exercício de 2002/03, a ABP/BPA conseguiu definir de forma muito clara e inequívoca o seu espaço próprio de actuação. Este desenvolvimento foi alcançado em estreita colaboração quer com organismos do Governo e da Administração Pública de Timor-Leste quer com instituições internacionais (como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial ou o Banco Asiático de Desenvolvimento). É no entanto de referir que tal colaboração em nada fez diminuir ou perigar o estatuto de autonomia que a ABP/BPA – como qualquer banco central dos dias de hoje - deve gozar para desempenhar com eficácia as funções que a arquitectura constitucional e os seus próprios estatutos lhe atribuem. Neste domínio é justo deixar uma palavra de reconhecimento pelo entendimento e respeito por esta autonomia que sempre encontrámos junto do Governo da RDTL, nomeadamente o seu Primeiro-Ministro e as Ministra e Vice-Ministra do Plano e das Finanças.

Ao longo de 2002/2003, a ABP/BPA foi não só capaz de desempenhar com eficácia as principais funções que lhe estão cometidas e que fazem parte do “core” da actuação de qualquer banco central (supervisão do sistema bancário e gestão do sistema de pagamentos, incluindo a circulação monetária) como registou igualmente significativos desenvolvimentos noutras áreas que até então não existiam ou eram embrionárias. É o caso, por exemplo, dos estudos económicos e estatísticas, da auditoria interna e do aprovisionamento. Para além disso, noutra plano e de não menor importância, a ABP/BPA conseguiu também dar resposta a dois novos e grandes desafios que lhe foram colocados: o projecto de emissão de moeda metálica nacional e a preparação para a regulação e supervisão da actividade seguradora em Timor-Leste.

Para poder responder da melhor forma possível, no presente e no futuro, a estes desafios e a outros que venham a emergir, a Autoridade investiu fortemente na formação e qualificação dos seus quadros. Todos os seus técnicos superiores (e muitos outros de diferentes níveis) tiveram a oportunidade de participar em acções de formação, em Timor-Leste e no exterior, seleccionadas de acordo com a sua adequação às necessidades presentes (ou previsíveis para o futuro) das respectivas áreas de actuação.

Neste campo é da mais elementar justiça reconhecer o apoio e a disponibilidade que a ABP/BPA recebeu das instituições (nomeadamente bancos centrais) que receberam os nossos quadros ou que enviaram alguns dos seus colaboradores a Timor-Leste a fim de procederem à formação dos nossos funcionários. Ainda dentro deste domínio é de referir o valioso papel que a generalidade dos quadros internacionais colocados na ABP/BPA desempenharam no esforço de formação, quer de natureza técnica (bancária, financeira, em economia, contabilidade e informática), quer linguística.



Ao longo deste ano a ABP/BPA esteve representada através de membros do seu Conselho de Administração ou de outros responsáveis da Autoridade nas seguintes conferências e congressos: os “12<sup>os</sup> Encontros de Lisboa” para bancos centrais de países de língua oficial portuguesa, em Setembro de 2002, a conferência “*The Challenge of Sustainable Outreach*”, organização conjunta da *Asia Pacific Rural and Agricultural Credit Association* e da *GTZ* (Agência Alemã de Cooperação), no Sri Lanka, em Janeiro de 2003, a conferência “*Bank Note 2003*”, em Washington, Fevereiro de 2003, as “*Reuniões da Primavera*” do Fundo Monetário Internacional / Banco Mundial, em Abril de 2003, em Washington e a conferência “*Sistemas de Pagamentos – as grandes tendências*”, organizada pelo Banco de Cabo Verde e que contou com a participação de todos os bancos centrais dos países de língua oficial portuguesa, em Junho de 2003.

No que diz respeito à estrutura organizativa da ABP/BPA, não se introduziram alterações significativas no quadro existente, tendo-se mantido, no essencial os Departamentos, Divisões e Gabinetes já referidos no nosso anterior relatório anual. Foram, no entanto, recrutados novos quadros, tendo outros sido redistribuídos para diferentes unidades de estrutura, de forma a que actualmente todas os órgãos da Autoridade possuem os recursos humanos consistentes com as suas atribuições e as necessidades presentes. Neste domínio a única evolução mais digna de registo consistiu na criação de quatro novas Divisões no seio do Departamento de Pagamentos e Operações Bancárias (claramente o maior Departamento dentro da ABP/BPA). Refira-se também que o Gabinete de Auditoria Interna e a Divisão de Aprovisionamento, que praticamente só existiam no papel em Junho de 2002, são agora unidades com actividade própria constante e fundamental para o bom desempenho desta Autoridade.

Tendo referido os recursos humanos da ABP/BPA é forçoso deixar aqui uma mais do que merecida nota de apreço pelo desempenho profissional de todos os quadros e funcionários (timorenses e internacionais) que desempenham funções nesta Autoridade. É à acção conjugada de todos eles que se devem os grandes progressos registados durante este ano.

Embora correndo o risco de individualizar um facto isolado em prejuízo de um desempenho consistente ao longo dos 365 dias do ano, permita-se-me destacar o comportamento exemplar de todo o *staff* durante os acontecimentos do dia 4 de Dezembro e nos dias imediatamente posteriores, quando o seu profissionalismo e dedicação à instituição foram inquestionáveis, bem expresso no facto da esmagadora maioria dos funcionários da ABP/BPA ter comparecido espontaneamente no banco logo pelas 8:00 horas da manhã do dia 5, prontos para iniciar um dia normal de trabalho.

Uma última referência para realçar aquilo que terá sido o “grande projecto” da Autoridade no ano fiscal de 2002/03 (e se-lo-á também certamente no ano seguinte): a emissão de moedas metálicas nacionais, as quais serão postas em circulação no próximo mês de Novembro. Uma secção própria deste relatório faz o registo desse processo pelo que sobre o mesmo aqui não nos alongaremos. Julgamos no entanto ter razões para afirmar que a Autoridade Bancária e de Pagamentos e todos os que nela trabalham têm legítimos motivos de orgulho ao sentirem que, mesmo numa modesta escala, contribuíram para a História de Timor-Leste, pois uma primeira emissão de moeda num novo país independente é um acontecimento único e irrepetível.

Luis Quintaneiro  
Director-Geral







## 1 - A ECONOMIA DE TIMOR-LESTE: EVOLUÇÃO RECENTE

### Índice

<i>Enquadramento internacional</i> .....	pg	7
<i>Evolução recente da economia nacional</i> .....		14
<i>Produção</i> .....		14
<i>Preços e e salários</i> .....		15
<i>Comércio externo</i> .....		16
<i>Câmbios</i> .....		19
<i>Finanças públicas</i> .....		20
<i>Moeda, crédito e taxas de juro</i> .....		22

### *Enquadramento internacional*

Referimos neste mesmo local, no Relatório da ABP/BPA do ano passado, que a crescente globalização das relações económicas internacionais obriga as autoridades económicas e políticas de cada país a acompanharem permanentemente os movimentos da política e da economia internacionais, seja ao nível global seja ao nível regional. De facto e cada vez mais, os países estão dependentes da evolução do resto do Mundo e da região em que se inserem.



Embora Timor-Leste esteja numa situação especial desde 1999, a verdade é que, progressivamente, ele tenderá, como país independente, a voltar à “normalidade”. Seja o que for que esta palavra signifique, ela incluirá, certamente, uma crescente interdependência com a economia mundial e com a economia dos países vizinhos. Este ponto do nosso Relatório é dedicado especificamente à análise dos aspectos que condicionam ou condicionarão o ambiente económico em que se movimenta a economia nacional.

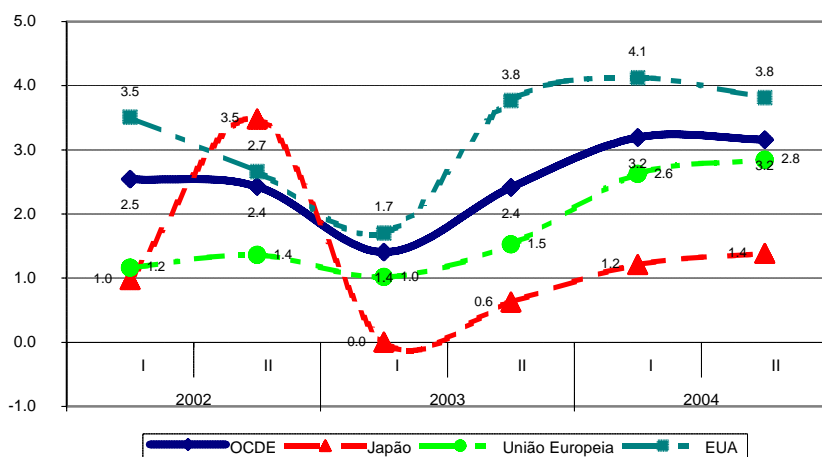
Dois dos mais conhecidos documentos publicados regularmente com análises da evolução da economia mundial são o “*World Economic Outlook*”, publicado semestralmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com sede em Washington, e o *OECD Economic Outlook*, publicado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), com sede em Paris.

No seu último *Economic Outlook*, publicado em Junho passado e escrito pouco depois de ter terminado a fase mais “quente” da guerra no Iraque, a OCDE recordava que

“as perspectivas económicas de curto prazo para o conjunto dos países da OCDE são de que se verifique um crescimento fraco e hesitante. [No entanto e] Na sequência da rápida resolução do conflito no Iraque, a actividade económica poderá melhorar mais rapidamente no final de 2003 à medida que as tensões geopolíticas se forem reduzindo.”

Uma maior recuperação da actividade económica nos países mais avançados economicamente só era antevista, porém, para 2004, à medida que fossem sendo ultrapassadas as deficiências estruturais de funcionamento de algumas das principais economias, dos EUA à Europa, passando pelo Japão. A recuperação das restantes economias da OCDE estará, segundo o relatório, muito ligada à da economia americana. Esta tem vindo a desempenhar um papel de (quase único) motor da economia mundial desde que o Japão, já há cerca de uma década, entrou numa fase prolongada de crescimento lento (0,4% em 2001 e 0,3% em 2002) e que a União Europeia --- particularmente a sua maior economia, a Alemanha --- conhece também algumas dificuldades de crescimento.

Evolução semestral do PIB da OCDE; 2002-2003



Esta evolução permitirá ao **PIB (Produto Interno Bruto)** dos Estados Unidos, segundo as previsões da OCDE, crescer cerca de 2,5% em 2003 e 4% em 2004, estimativas quase iguais às publicadas em Setembro pelo FMI.

A zona Euro, por sua vez, deverá crescer 2,5% no próximo ano, depois de crescer apenas 1% em 2003. Note-se que em

Setembro passado, talvez influenciado pela evolução económica desde Abril/02, o FMI parecia mais cauteloso quanto às taxas de crescimento, previstas para a zona Euro, em 2003 e 2004: 0,5% e 1,9%, respectivamente.

O Japão é um caso interessante quanto à evolução das previsões do crescimento da sua economia. De facto, se a OCDE previa, em Abril passado, que o país conheceria



uma taxa de crescimento relativamente lenta em 2003 (cerca de 1%) e em 2004 (1,1%), a verdade é que o FMI previa, em Setembro passado e face à nítida retoma da economia do país nos últimos meses, que o PIB crescerá cerca de 2% no presente ano e 1,4% em 2004.

A evolução (apesar de tudo) positiva da produção nos diversos países da OCDE poderá não se reflectir, de forma nítida, no mercado de trabalho, mantendo-se relativamente elevados os níveis de **desemprego** já que a reestruturação de algumas empresas tem sido feita de forma a reduzir os seus custos em mão-de-obra.

O desemprego continuará, pois, a ser uma preocupação de muitos países, com o Japão, por exemplo, a atingir um recorde nacional de 5¼% a 5,5%. Esta taxa, susceptível de ser considerada reduzida para os padrões europeus --- cujos países registam normalmente taxas de desemprego superiores com, por exemplo e neste momento, 9,4% em França e na Alemanha e 11,4% na Espanha --- era, absolutamente impensável até há bem pouco tempo na economia nipónica.

Quanto aos **preços no consumidor**, a taxa média da sua variação na área Euro e nos Estados Unidos deverá rondar os 2%, na primeira, e 1,8%, nos segundos. O Japão conhecerá, como desde 1999, uma descida absoluta dos preços que se deverá situar em cerca de -1,1%.

Neste domínio --- inflação ---, o FMI-Fundo Monetário Internacional tem perspectivas muito semelhantes às da OCDE. Na sua publicação intitulada *World Economic Outlook (WEO)* e publicada em Setembro passado estima a inflação da área Euro e dos Estados Unidos em 2003 em 2% e 2,1%, respectivamente. Em 2004 ambas as taxas deverão baixar (para 1,6 e 1,3%).

Um dos aspectos mais importantes da evolução económica de 2003 e 2004, tal como antevistas no relatório da OCDE, é a significativa degradação das **finanças públicas** em vários países desenvolvidos, resultado quer de uma política orçamental de aumento das despesas públicas visando a recuperação da economia quer da queda das receitas resultante da baixa conjuntura que se vive: empresas que não vendem não pagam impostos e trabalhadores desempregados também não --- além de receberem subsídios de desemprego que aumentam as despesas públicas...

O Japão, com 7,7% e os Estados Unidos, com 4,6% parecem ser os campeões do défice público (em relação ao valor global da produção, o PIB) mas a França e a Alemanha também ultrapassam os 3% de défice imposto como limite pelos “critérios de Maastrich” a serem cumpridos pelos países da zona Euro --- que, no seu conjunto, está no limite indicado. Note-se que o *WEO* do FMI de Setembro/03 estimava o défice dos Estados Unidos para este ano em 6%, o dobro da média europeia e um agravamento significativo face às estimativas da OCDE de Abril passado.

Os valores do défice fiscal, nomeadamente o dos Estados Unidos, parecem ser insustentáveis mas a verdade é que os países apresentam situações bem diferenciadas quanto à capacidade para os financiar, o que por sua vez está relacionado com os seus (des)equilíbrios externos. Por exemplo, os Estados Unidos terão este ano um défice da **balança de transacções correntes** de cerca de -5,5% do PIB mas o Japão tem um superávit externo que se estima vir a ser de 3,1% em 2003 e de 3,9% em 2004.

A situação da Balança de Pagamentos dos Estados Unidos (saldo de -5,1% do PIB segundo o FMI, muito acima dos cerca de -1,5% de 1995-97 e, mesmo, dos -3,2% de 1999) é um indicador de que a política do “dólar barato” (à semelhança do que se verificou em 1987/88 e em 1994/95) pode estar para durar a fim de assegurar o aumento das exportações americanas e, se possível, a redução das suas importações.

Embora haja outros elementos que poderão pressionar no sentido da revalorização do USD e não da sua depreciação --- recuperação dos fluxos de capitais para os mercados accionistas e obrigacionistas americanos ---, a verdade é que a maior parte dos analistas estima que a **taxa de câmbio** do USD vai continuar a desvalorizar-se



até ao final do primeiro trimestre de 2004, quando a taxa de câmbio do USD face ao EUR se poderá situar nos cerca de 1,25 USD para comprar um Euro (face a 1,15 no final de Setembro/2003).

Em resumo, as estimativas da OCDE vão no sentido de que estão reunidas as condições para o início de uma recuperação económica do conjunto dos países mais industrializados (os da OCDE) liderados pela recuperação económica nos Estados Unidos, a que se seguirão a da Europa e do Japão.

Porém, os riscos de estas economias se manterem em ritmo lento de crescimento é ainda muito grande, já que os desequilíbrios da economia americana (grandes défices públicos e da conta corrente) e o envolvimento do país no Iraque podem alterar completamente o cenário de referência, podendo dar origem a que o conjunto dos países da OCDE venha a sofrer de uma deflação larvar que, tal como no caso do Japão, pode demorar alguns anos a ultrapassar.

Estas perspectivas positivas (mas não entusiásticas) são mais ou menos partilhadas por muitos outros analistas, que identificam na actividade económica actual sinais que sugerem que a economia mundial irá melhorar nos próximos seis a doze meses.

Dois desses sinais são a evolução dos preços do petróleo (abaixo dos níveis elevados alcançados recentemente) e a animação dos mercados financeiros.

Como referido, em Setembro passado foi a vez do Fundo Monetário Internacional publicar, no *World Economic Outlook*, a sua própria análise sobre a evolução da economia mundial.

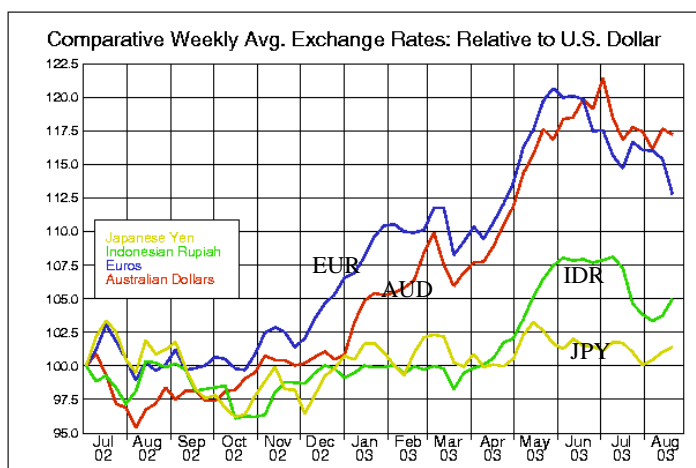
Nele se reconhece que a economia dos **Estados Unidos** está, hoje, mais forte do que há alguns tempos atrás mas que há, ainda assim, problemas importantes que a afectam, nomeada-

mente o agravamento dos dois défices principais de uma economia: o fiscal e o das contas externas. Isto faz com que, no dizer do FMI,

“continuem a existir um conjunto de riscos de que a economia tenda a piorar e, tal como nos diz a experiência histórica, mesmo um ajustamento ‘ordeiro’ da balança de transacções correntes será acompanhado de um crescimento mais fraco quer do PIB quer --- ainda mais --- da procura interna. Embora tais riscos [de recessão] sejam claramente reduzidos por um forte crescimento da produtividade, é pouco provável, olhando para o futuro, que os Estados Unidos possam ou devam dar à economia mundial o grau de apoio (a médio prazo) que deram no passado.”

Para o Fundo, o panorama da economia da **União Europeia** parece ser ainda mais cinzento do que o dos Estados Unidos, com as economias da Alemanha, Itália e Holanda em situação técnica de recessão. Isto resulta numa estimativa de redução do produto durante o segundo semestre deste ano no conjunto da zona Euro e na redução em 0,5 pontos percentuais nas estimativas anteriores de crescimento em 2003 e 2004. Neste contexto, as taxas de crescimento nesta região serão, previsivelmente e segundo o FMI, de 0,5% e de 1,9% naqueles dois anos, significativamente abaixo dos 2,6% e 3,9% previstos para os Estados Unidos.

O **Japão**, por sua vez e como já referimos acima, conhece actualmente uma reanimação da sua economia (a taxa de crescimento prevista para 2003 é, segundo o FMI,





de 2%) que, no entanto, pode não vir a ser totalmente sustentável já que se poderá verificar um abrandamento do crescimento em 2004.

No seu conjunto, as *economias mais avançadas*, que na segunda metade da década de 90 tinham crescido a taxas anuais de cerca de 3-3,5%, crescerão cerca de 1,8% neste ano e 2,9% no próximo.

Mais positivo, segundo o FMI, será o comportamento das *economias em desenvolvimento*, as quais crescerão este ano a uma taxa de 5% e 5,6% em 2004. A Ásia (e em especial a China) será o continente que mais crescerá mais: cerca de 6,5% em cada um dos dois anos de 2003 e 2004. Em cada um deles prevê-se que a economia chinesa cresça 7,5%, enquanto que o grupo dos principais países em desenvolvimento do Sueste Asiático (Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia) deverão, por sua vez, crescer a taxas que variam entre os 3,5% e os 4,5%.

As perspectivas de crescimento da *Ásia Oriental* são satisfatórias, depois do verdadeiro “susto” que foi a eclosão da SARS e a queda da actividade económica que ela provocou --- principalmente em alguns países (China, Hong Kong, Singapura) --- no segundo trimestre deste ano.

Uma vez ultrapassadas as dificuldades relacionadas com aquela epidemia, vários indicadores apontam para uma retoma económica consistente nesta região.

Elemento principal parece ser a rápida retoma da actividade económica na *China*, “empurrada” pelo dinamismo das exportações do país. Estas, de facto, tinham visto o seu ritmo de expansão cair significativamente em 2000 e 2001, decorrente do “arrefecimento” das economias mais desenvolvidas para onde se destinam maioritariamente as exportações chinesas.

Contribuindo para o processo de rápido crescimento da China (7-7,5% em 2002 e 2003) estão a crescente reestruturação da economia do país levada a cabo pelos seus dirigentes --- nomeadamente no sentido de um crescente papel atribuído ao sector privado e crescente redução do sector empresarial do Estado --- e a dinâmica introduzida por uma nova aceleração da entrada de investimentos directos estrangeiros atraídos pelo previsto reforço da abertura económica da China, decorrente do quadro dos acordos com a Organização Mundial de Comércio.

Ainda segundo o Relatório do FMI que vimos referindo, os *restantes países da Ásia* têm tido (e terão no futuro próximo) um comportamento diferenciado. No seu conjunto, eles (Ásia Oriental menos a China) terão, em 2003, um crescimento de cerca de 3¼ %. Para 2004 espera-se que este grupo de países melhore o seu desempenho económico, podendo crescer então cerca de 4-5%.

De entre estes países, vale a pena referir o caso da Índia já que esta, gradualmente, tem vindo a aumentar o seu ritmo de crescimento, aproximando-se das taxas “quase-chinesas” de 6-7% de crescimento em cada ano.

Na *região em que se insere Timor-Leste* e tendo em consideração as principais relações económicas externas do nosso país, interessa-nos sobretudo analisar a evolução das economias australiana e indonésia. Estes são os nossos dois principais parceiros económicos mas devido às características de todo este período de (re-)construção nacional, a influência da sua evolução na economia nacional é, hoje, potencialmente menor do que poderá vir a ser no futuro. No entanto, julgamos que é necessário, desde já e nem que seja com intenções pedagógicas, chamar a atenção para a necessidade de acompanharmos a evolução dos nossos principais vizinhos.

A economia da *Austrália* tem registado, nos últimos anos, um desempenho notável quando comparado com os restantes países mais industrializados.

O ligeiro abrandamento da economia verificado em 2003 justifica-se principalmente pela seca que assolou o país e que provocou uma descida das exportações. Uma prova de que a economia não agrícola continua forte é dada pela evolução do conjunto formado pelas despesas das famílias, das empresas, do governo e pela variações

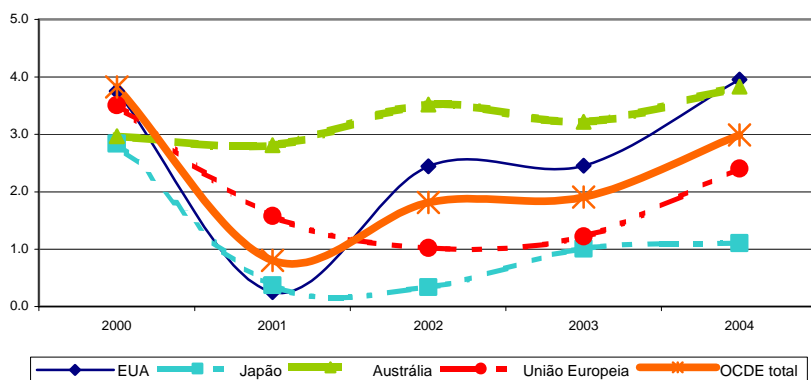


dos stocks, conjunto esse que no período de um ano terminado em Março passado cresceu 6,3%, a taxa mais alta dos últimos 3,5 anos.

A retoma da economia mundial --- incluindo a dos principais clientes da Austrália --, a melhoria da situação relativamente à seca que se verificou no país e um aumento significativo do consumo das famílias ajudarão a uma intensificação do crescimento económico do país em 2004 relativamente a 2003.

Taxas de variação do PIB da Austrália comparado com o da OCDE, 2000 - 2004

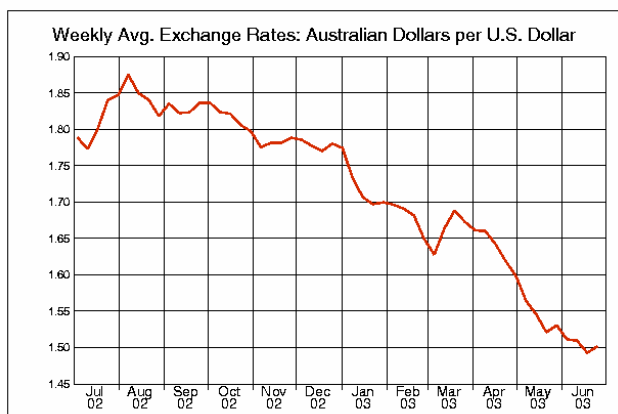
fonte: OCDE; 2003 e 2004 são estimativas



para a construção ou reforma de habitações deixa antever que o sector irá, também ele, continuar a contribuir significativamente para o crescimento económico do país.

Por outro lado, a melhoria da situação quanto aos produtos alimentares --- devido à diminuição da seca ---, quanto aos preços do petróleo e a valorização do dólar australiano (AUD) relativamente ao dólar americano (USD) contribuem para a melhoria das perspectivas quanto à evolução dos **preços**, esperando a OCDE que o Índice de Preços no Consumidor (IPC) baixe de 3% em 2000 para 2,7% em 2004, dentro do intervalo de 2-3% que serve de meta para a inflação das autoridades económicas nacionais, particularmente o *RBA-Reserve Bank of Australia*.

As exportações líquidas do país, quer por efeito da queda das exportações agrícolas quer por efeito da valorização do dólar australiano, têm tido uma contribuição negativa para o Produto Interno Bruto do país, cuja variação tem estado muito dependente da procura interna. Esta, no entanto, tem vindo a diminuir o ritmo da sua variação, levando ao actual abrandamento do crescimento do PIB do país. A retoma das exportações em 2004 poderá compensar algum abrandamento da procura interna, contribuindo para o aumento da taxa de variação do PIB de 3,2% (2003) para 3,8% (2004).



A **valorização do AUD** face ao USD (dólar americano) que já referimos traduz-se graficamente no gráfico ao lado e terá atingido já os cerca de 30% desde o início de 2002. Ela deve-se quer a factores externos -- a já mencionada fraca prestação do dólar americano na sequência dos problemas que afectaram a economia daquele país --- quer a factores internos, já que o AUD também se tem valorizado devido à política económica -- principalmente monetária --- levada a cabo pelas autoridades, particularmente a manutenção de uma **taxa de juro** bastante



acima da de outros mercados, particularmente o dos Estados Unidos. A taxa de juro do mercado interbancário australiano era recentemente de 4,8%, contra os 2,2% praticados no mercado europeu e os 1,1% no mercado norte-americano.

Com tais diferenciais de taxas, não admira que esteja a haver um interesse dos investidores internacionais no dólar australiano que contribui decididamente para a sua actual valorização. Este movimento cambial provoca de imediato um encarecimento no exterior dos bens provenientes da Austrália ---- como acontece com parte das importações de Timor-Leste

Quanto à economia da **Indonésia**, é também notório que, depois da instabilidade que o país conheceu desde 1997 até à última eleição presidencial, ela parece estar a encontrar, progressivamente, o caminho de uma maior estabilidade com crescimento. Esta estabilidade traduz-se no facto de as taxas de crescimento da **produção** terem sido de 3,4% e de 3,7% em 2001 e 2002, prevendo-se que em 2003 e 2004 elas se mantenham na casa dos 3%-3,5%. O Banco Central da Indonésia era, porém, um pouco mais optimista, prevendo em Maio deste ano que a taxa de crescimento de 2003 se situará entre os 3,5% e os 4% graças à esperada dinamização da economia internacional e, espera-se, das exportações do país.

A **inflação**, por sua vez, apresenta uma evolução muito favorável entre 2002 e 2003 já que a sua taxa deverá descer dos cerca de 12% no ano passado para cerca de metade deste valor em 2003. Factor importante neste abrandamento da subida dos preços é a revalorização da rupia face ao USD: de uma média de IDR 8977 por USD em Julho/02, a **taxa de câmbio** passou, em Junho deste ano, para IDR 8224/USD.

A valorização da rupia a que se assistiu não derivou apenas de factores externos, caso da depreciação generalizada do USD face à maioria das moedas. Ela resultou também de factores internos, como a política de intensificação das privatizações (que esteve na origem de uma intensificação dos fluxos de entrada de capitais externos) e de um efectivo sentimento de melhoria da situação macro-económica geral. Também a política de manutenção de **taxas de juro** relativamente elevadas (embora em diminuição, como no caso da JIBOR, que caiu de cerca de 15,5% em Julho do ano passado para cerca de 11% em Maio deste ano) ajudou à valorização da rupia. Espera-se, no entanto, que ela não seja de molde a pôr em causa a expansão das exportações do país e, com ela da produção industrial e do conjunto da economia.

Em resumo, o quadro que acabámos de traçar sobre a **evolução da economia mundial**, da **região** em que se insere Timor-Leste dos seus **principais parceiros económicos** é de um **optimismo moderado**. Há, de facto, sinais de uma recuperação (lenta) da economia internacional --- que se reflectirá positivamente na da Ásia Oriental (incluindo o Sudeste Asiático a que pertencemos) --- mas há também sinais de que, à escala internacional e, principalmente, nos mercados financeiros, se está ainda muito perto do “fio da navalha”, sendo relativamente fácil surgirem factores de desequilíbrio que podem pôr em causa esta evolução.

Um destes factores poderá ser a subida dos **preços do petróleo** e o agravamento da **situação política internacional** (Médio Oriente, Coreia do Norte, etc) de uma forma que ponha em causa as expectativas dos agentes económicos, particularmente dos empresários e dos consumidores.

Quanto a **Timor-Leste** e dadas as suas características específicas, o maior perigo que parece advir da situação económica internacional é a continuada valorização das moedas dos seus dois principais parceiros económicos (o dólar australiano e, em menor grau, a rupia indonésia), que poderá trazer consigo a subida das pressões sobre os preços no sentido da sua alta, levando ao aumento da **inflação** e à diminuição dos **salários reais**.



## A evolução recente da economia nacional

### *Produção*

Já por diversas vezes, nos seus documentos, a ABP/BPA tem chamado a atenção para a dificuldade de acompanhar convenientemente a evolução da economia nacional devido às deficiências do sistema estatístico do país. Finalmente, parece que estão a ser dados passos decididos no sentido de corrigir a falta de informação estatística de cariz essencialmente económico.

Na ausência de elementos estatísticos determinados localmente, resta-nos referir — sem que tal represente necessariamente concordância — as estimativas que algumas organizações internacionais têm feito sobre a evolução económica, particularmente no domínio da produção/rendimento nacional.

O Departamento da Ásia-Pacífico do Fundo Monetário Internacional publicou, em diversos documentos produzidos sobre a economia de Timor-Leste, várias estimativas sobre a evolução da produção nacional verificada durante o ano de 2002, as quais no entanto se caracterizaram pela sua variabilidade e imprevisibilidade.

A primeira estimativa, publicada em documento de Abril de 2002, admitia que o Produto Interno Bruto seria, em 2002, de 371 milhões de USD, correspondendo a uma taxa de variação de -0,5% relativamente ao ano de 2001. No entanto, sete meses mais tarde, em documento divulgado em Novembro, a evolução prevista tinha-se degradado, já que a taxa de crescimento tinha passado para -1,1%, correspondendo a uma estimativa da produto de 368 milhões USD. Já após o final do ano, concretamente em Abril de 2003 e no quadro da Missão do FMI ao abrigo do Artº IV dos Estatutos desta organização, a evolução estimada do PIB de Timor-Leste para o ano de 2002 era apresentada como sendo de +3%.

Verifica-se pois que as estimativas publicadas pelo Fundo para a evolução do PIB de Timor-Leste em 2002 variaram entre os -1,1% e os +3%, não tendo sido possível, porque não adiantadas pelo próprio FMI, estabelecer as razões determinantes de tais variações das estimativas. Adicionalmente registre-se que o sentido das revisões não foi constante, sendo que entre Abril e Novembro as perspectivas pioraram e entre este mês e Abril de 2003 melhoraram significativamente.

Infelizmente não dispomos de informações estatísticas que nos permitam comentar de forma técnica estes valores, embora informação parcelar e avulsa nos leve a admitir que se terá verificado, em 2002, uma ligeira diminuição do valor da produção nacional. Esperemos que o futuro desenvolvimento dos serviços estatísticos nacionais nos permita vir a dispor, no futuro, de elementos mais concretos sobre os principais agregados macroeconómicos nacionais.

No que respeita à evolução previsível para este ano de 2003 e na falta de informações estatísticas satisfatórias sobre a produção resta-nos, com a maior das cautelas e chamando a atenção para a falibilidade de previsões feitas em tais circunstâncias --- mais uma vez mais “sentimento” do que verdadeiras estimativas ---, chamar a atenção para alguns dos factos que se verificarão e que poderão condicionar a evolução da produção.

Assim, refira-se que a produção agrícola é influenciada pelo que se passa no sector do café. Com os preços internacionais deste em queda desde há vários anos, é provável que se verifique uma quebra na produção já que alguns produtores parece terem abdicado de colher o fruto (a “cereja”) devido à diferença desfavorável entre os custos da mão-de-obra (os quais serão superiores aos praticados noutros países produtores de café) e o preço recebido pela venda da sua produção.

Quanto ao sector dos serviços, o peso da Função Pública é determinante, sendo sabido que não tem havido um aumento significativo das contratações na Administração



(o que, na ausência plausível de ganhos de produtividade, contribui para um crescimento lento da sua produção) e que tem havido, ainda que gradualmente e, por enquanto, em volumes não muito significativos, um *downsizing* da presença das Nações Unidas em Timor-Leste.

Este último factor por sua vez induz naturalmente uma retracção da actividade da hotelaria e restauração, que tem, nomeadamente em Dili, um peso considerável na actividade económica e no emprego.

Tudo isto se conjuga para que o nível de produção deste ano possa ser ligeiramente inferior ao do ano passado. O FMI prevê que a queda da actividade económica será, em 2003, de -2% relativamente ao ano passado. No entanto, a mesma organização prevê para 2004 um crescimento de +1% relativamente ao presente ano de 2003. Infelizmente não encontramos razões para sermos, neste momento, tão optimistas...

### **Preços e salários**

Os serviços oficiais de estatística começaram a publicar recentemente um novo Índice de **Preços** ao Consumidor (IPC) para a cidade de Dili (não há, ainda, um Índice satisfatório para todo o país), bastante mais completo e, sobretudo, reflectindo de forma mais realista os actuais padrões de consumo (o anterior índice baseava-se em inquéritos realizados em meados da década passada). Segundo este novo Índice a **taxa de inflação homóloga** em 2002 (Dez2001-Dez2002) foi de 9,5% no conjunto dos vários grupos de bens (incluindo habitação). Se tomarmos como período de análise o de Junho de 2003 sobre Junho do ano passado --- correspondendo, mais ou menos, ao período de análise deste relatório ---, a variação homóloga dos preços terá sido de cerca de 8,2%.

Os bens alimentares representam 56,7% do conjunto dos bens considerados no novo IPC e por isso a evolução dos preços deste grupo de produtos é determinante para a evolução do conjunto do Índice. Isto mesmo está bem patente no facto de a taxa de crescimento dos preços para este grupo ter sido, em 2002, de 9,2% (portanto basicamente idêntica à taxa global).

Analisando a evolução mensal de variação dos preços ao longo de 2002, verifica-se que eles conheceram um certo período de estabilidade durante a época seca (principalmente Março-Abril até Outubro-Novembro) mas no início e no fim desta houve uma instabilidade algo acentuada. Assim e no sentido da baixa, refira-se a queda do ritmo de variação mensal dos preços de 1,2% em Janeiro de 2002 para -0,4% em Março seguinte (correspondendo a uma situação de bom abastecimento dos mercados durante este período essencial da época das chuvas).

No sentido da subida acentuada dos preços, refira-se o mês de Novembro, que conheceu uma taxa mensal de 2,9% (reduzida, logo no mês seguinte, para 0,3%). Esta evolução foi influenciada pelos preços dos vegetais (5,7% do total do “cabaz” do Índice de preços) imediatamente antes do início da época das chuvas (+24,6% entre Outubro e Novembro de 2002). Para aquela subida terá contribuído também a subida de 38% do preço dos bens classificados como “nuts” (particularmente o amendoim), a subida de 17% do preço das frutas e de 17% do das “soft drinks”/bebidas não-alcoólicas.

Entretanto, o ritmo de subida dos preços abrandou significativamente nos primeiros meses de 2003. De facto, a variação acumulada desde o início de 2003 até ao final de Maio terá sido apenas de 0,5%. Depois disso, porém, os preços (índice global) voltaram a crescer a um ritmo relativamente elevado (valores de +1,5%, +0,4% e +0,6% para os meses de Junho, Julho e Agosto respectivamente).

Os valores registados até Agosto/03 permitem-nos prever (tentativamente) que a inflação em 2003 será de cerca de 5,5% a 6,5%. Estes valores procuram ter em consideração a eventual subida mais rápida dos preços no início da época das chuvas, em que os mercados estão, normalmente, pior abastecidos em alguns produtos agrícolas de



cultura mais sazonal. Note-se, porém, que a limitada dimensão da série estatística disponível não nos permite utilizar meios técnico-estatísticos muito sofisticados para estabelecimento de tais previsões, aumentando a possibilidade de divergência entre estas e a realidade medida *a posteriori*.

Por isso, e particularmente se o início da época das chuvas se atrasar (como no ano passado) ou se as condições meteorológicas forem desfavoráveis para a agricultura (e/ou para a distribuição de bens), não será impossível ver os preços aumentarem mais rapidamente do que o intervalo de valores acima referido (5,5% a 6,5%).

A situação quanto aos *salários* deve ser vista contra este pano de fundo da evolução dos preços.

Sabe-se que os salários da Função Pública foram fixados já há algum tempo (Julho de 2000), ainda pela UNTAET, na Directiva 2000/4.

Desde essa altura que o Estado, de longe o principal empregador do país e tradicionalmente (pelo menos em muitos países em desenvolvimento) determinante dos níveis salariais pagos, não os modificou desde aquela data. Entretanto, desde aquela ocasião os preços subiram significativamente (cerca de 12% desde o fim de 2001; os dados da inflação para 2000 e 2001 não são comparáveis com os actuais por o IPC então em uso ser muito deficiente).

Assim sendo, é possível que não se ande muito longe da verdade se se disser que os actuais salários reais da Função Pública estão cerca de 15% (pelo menos) a 20% abaixo do seu valor inicial, de Julho de 2000. Este facto estará, eventualmente, a servir de travão à inflação, com os vendedores receosos de que uma maior subida de preços não seja comportável por muitos consumidores, reduzindo estes a sua procura.

Registe que este “congelamento” dos salários nominais decorre por um lado das extremas restrições orçamentais e, por outro, da necessidade de evitar contribuir para uma ainda maior degradação das condições de competitividade salarial de Timor-Leste face a outras economias da região.

Note-se no entanto que, segundo valores do domínio público, a estagnação dos salários na função pública não tem sido acompanhada pelas organizações internacionais e as ONG's, presentes em Timor-Leste, as quais praticam salários à partida significativamente mais altos aos seus funcionários nacionais, estando também a proceder a algumas actualizações pontuais dos mesmos. Refira-se a título de exemplo, que um motorista no sector público recebe 85 USD mensais, enquanto idênticas funções nas organizações internacionais são remuneradas sensivelmente pelo dobro. Esta proporção repete-se em quase todos os níveis, pelo que a drenagem dos melhores quadros da Administração é uma ameaça constante.

### ***Comércio externo***

Uma das maiores falhas do sistema estatístico nacional é a inexistência de informação publicada, fidedigna, sobre o comércio externo. Os serviços das Alfândegas de Timor-Leste estão neste momento a procurar colmatar esta falha mas por ora só é possível dispor de informação minimamente consistente sobre as importações do ano de 2003. Como este relatório se debruça principalmente sobre o período de Julho de 2002 a Junho de 2003, utilizamos de seguida, com os nossos agradecimentos àqueles serviços por nos terem facultado a informação aqui utilizada, a informação referente ao primeiro semestre do presente ano civil. A partir dela será possível extrair, desde já, algumas conclusões (provisórias) sobre as principais características do comércio externo de Timor-Leste.

De acordo com os dados disponíveis, durante o primeiro semestre de 2003 entraram no país cerca de 105 milhões de USD de mercadorias. Este valor pode ser



comparado com os valores de 216 milhões de USD e de 186 milhões que terão entrado (no conjunto do ano e não apenas num semestre) em 2001 e 2002, respectivamente.

Estas importações tiveram a seguinte distribuição mensal (milhões de USD):

<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>	<b>Maió</b>	<b>Junho</b>
26,9	14,2	22,3	13,2	11,2	17,4

Os valores de Janeiro e de Março, nitidamente fora da “tendência” que parece resultar dos outros meses, estarão especialmente influenciados pelas importações relacionadas com a rotação regular dos contingentes militares das *PKF-Peace Keeping Forces* (ver abaixo). Este tipo de importações não está sujeito ao pagamento de taxas alfandegárias, o que obriga a cuidados redobrados na análise dos fluxos de comércio.

Com efeito, devido a diversas isenções relacionadas com a situação especial que o país tem atravessado (de que se destacam as que têm beneficiado as diversas missões da ONU e muitas das ONGs actuando no nosso país), o valor das mercadorias que paga, efectivamente, impostos alfandegários é muito inferior (mas com tendência a aumentar) ao total das mercadorias: 46 milhões de USD durante o primeiro semestre de 2003, i.e., cerca de 44% do valor global das mercadorias entradas no país (105 milhões de USD).

Recorde-se que esta percentagem foi de 28% em 2001 e cerca de 25% em 2002. Há, pois, ainda um importante espaço de manobra para o aumento das receitas dos impostos alfandegários --- mesmo sem aumento das respectivas taxas --- mas este é menor do que se possa pensar à primeira vista já que muitas das isenções se prendem com as actividades da UNMISSET (incluindo as *PKF-Peace Keeping Forces*) que, pela natureza das coisas, vão desaparecer e não “transferir-se” da componente isenta para a não isenta do pagamento de impostos alfandegários.

Quanto aos *países fornecedores* das importações (em geral), os principais foram a Austrália, com 46,5 milhões de USD (44% do total das importações), a Indonésia (17,7 milhões de USD, 16,8% do total), Singapura (13,7 milhões; 12,9%), o Japão (8,2 milhões; 7,3%) e Portugal (4,7 milhões; 4,2%).

Uma questão que se coloca relativamente à estrutura de proveniência das importações é a de saber em que medida a presença internacional em Timor-Leste (quer das sucessivas missões da ONU quer dos técnicos internacionais individualmente considerados) influencia a estrutura do comércio externo do país. Não há dados objectivos que nos permitam dar uma resposta inequívoca a tal questão mas cremos que o peso da Austrália como principal fornecedor poderá vir a sofrer alguma retracção à medida que se fizer o *dowsizing* da presença internacional entre nós.

Isto mesmo é evidente se fizermos a decomposição do comércio externo em “valor das importações que *pagam* efectivamente imposto” e “valor das importações *isentas* de imposto” alfandegário. Estas últimas estão principalmente ligadas à presença da ONU entre nós --- bem como à de inúmeras ONG que estão, em muitos casos e para a maioria das suas compras no exterior, isentas do pagamento de direitos alfandegários.

Comparem-se, no quadro seguinte, os valores acima referidos:



Países de Origem (10 principais)	Valor das Importações que <u>pagaram</u> imposto aduaneiro (mil USD)	Países de Origem (10 principais)	Valor das Importações <u>isentas</u> de imposto (mil USD)
1 – Indonésia	13.415	1 - Austrália	37.522
2 – Singapura	10.841	2 - Japão	7.884
3 – Austrália	8.964	3 - Indonésia	4.294
4 – Portugal	2.762	4 - Singapura	2.830
5 – Índia	2.325	5 - Portugal	2.532
6 – Vietname	1.378	6 - Estados Unidos	558
7 – Itália	1.132	7 - Holanda	371
8 – China	1.110	8 - Itália	361
9 - Estados Unidos	914	9 - Coreia do Sul	277
10 – Japão	316	10 - Malásia	171
<b>TOTAL das import.</b>	<b>46.421</b>	<b>TOTAL das import.</b>	<b>59.240</b>

Fonte de ambos os quadros: Direcção Nacional das Alfândegas de Timor Leste

Como se pode verificar, o panorama altera-se significativamente quando se toma em consideração se as mercadorias importadas estão ou não isentas de impostos alfandegários.

Se considerarmos que as que pagam são as de natureza mais comercial --- nas outras estão incluídos fornecimentos de vários tipos, uns comerciais (ex: material de escritório para a UNMISSET e bebidas para o seu pessoal), outros não (peças para helicópteros da PKF) ---, então concluímos que a Indonésia passa a ser o principal fornecedor “comercial” de Timor-Leste (29%), relegando a Austrália para o terceiro lugar (19%) --- quando é, destacadamente, a primeira fornecedora global (44% do total das importações) e de produtos isentos de impostos (63%). Singapura está em segundo lugar, com 10,8 milhões de USD (19% deste último tipo de importações mas 13% no conjunto).

Complementarmente, refira-se que 76% das mercadorias importadas da Indonésia pagam imposto enquanto que só 19% das importações provenientes da Austrália o pagam. Quanto a Singapura, 79% pagam impostos.

O principal *tipo de produtos* (pagando ou não impostos aduaneiros) importado por Timor-Leste durante o primeiro semestre deste ano foi constituído pelas “máquinas e aparelhos eléctricos” (cap. 85 da pauta aduaneira), com 12 milhões de USD (11,4%), a que se seguiram as “aeronaves e suas peças” (cap. 88), com 10,5 milhões USD (10%), e os “instrumentos de medida e controlo” (cap. 90), com 10,1 milhões USD (9,6%).

Se considerarmos apenas os bens que pagaram imposto, os “produtos das indústrias gráficas” e as “máquinas e aparelhos eléctricos” surgem *ex-aequo* em primeiro lugar com 8 milhões de USD cada; seguem-se-lhes as “máquinas mecânicas” (cap.84) e os “produtos farmacêuticos”, com 2,3 e 2,1 milhões USD, respectivamente.

Da Indonésia e pagando impostos, vieram principalmente “cereais” (2 milhões de USD que incluem o arroz), “veículos automóveis” (1,2 milhões USD), “máquinas mecânicas” e “máquinas eléctricas” (cerca de 0,9 milhões em cada caso). De Singapura vieram livros, revistas e outros produtos da indústria gráfica (7,3 milhões USD), seguidos das máquinas e aparelhos eléctricos (1,7 milhões USD) e dos veículos automóveis (0,6 milhões de USD).

A Austrália exportou para Timor-Leste, com pagamento de impostos alfandegários, 1,5 milhões de USD de automóveis, 1,2 milhões de combustíveis e 900 mil USD de máquinas e aparelhos eléctricos.

De “aeronaves e suas peças” (cap. 88) entraram no nosso país, provenientes da Austrália — sem pagamento de impostos por se tratar essencialmente de material para a PKF —, cerca de 9,8 milhões de USD. As rubricas seguintes foram os “instrumentos de



medida e controlo” (9,4 milhões) e a uma enorme distância mas quase em pé de igualdade (cerca de 2,5 milhões de USD), as “máquinas e aparelhos eléctricos” e os “veículos automóveis”.

Máquinas e aparelhos eléctricos foram a principal importação proveniente de Portugal, com 2,3 milhões de USD, 86% dos quais pagaram impostos.

Sendo os cereais, particularmente o arroz, um elemento importante da alimentação dos timorenses, convém saber a sua proveniência e os preços praticados. No primeiro semestre de 2003 foram importados cerca de 4,4 milhões de USD, sendo 46% (2 milhões de USD) provenientes da Indonésia. O segundo fornecedor a Timor-Leste foi o Vietname, com 1,4 milhões.

Note-se que das estatísticas disponíveis é possível concluir que o custo médio de cada quilo de **arroz importado** tal como chega ao cais do porto de Dili (i.e, custo “cif”-*cost, insurance and freight*) é de cerca de 14 cêntimos do dólar (USD 0,14), fazendo com que o saco de 50 kgs, após o pagamento dos impostos (6% + 6%), fique em cerca de USD 7,68 (valor médio, variável com a qualidade e o país de origem).

Considerando que o preço médio no mercado, em Dili, ronda os USD 12,75, isto significa que as despesas de comercialização e os ganhos dos vários intervenientes neste processo (pelo menos o importador, o armazenista e o retalhista) somam cerca de 5 dólares, i.e., cerca de 40% do preço final, o que nos parece uma margem perfeitamente aceitável e, eventualmente, inferior ao que seria de esperar.

Quanto às **exportações**, o único bem com expressão significativa tem sido o café. No total as exportações de café terão sido, de cerca de 3 e de 5 milhões de USD, respectivamente, nos anos de 2001 e 2002 num total de exportações de 4 e de 6 milhões de dólares em cada um destes anos.

### Câmbios

O período de Julho de 2002 a Junho deste ano caracterizou-se essencialmente pela continuação do processo de desvalorização do dólar norte-americano em relação às principais moedas mundiais --- e em relação às dos principais parceiros económicos de Timor-Leste.

No gráfico da página 10 representamos essa evolução em relação ao iéne japonês (JPY), ao dólar australiano (AUD), à rupia indonésia (IDR) e ao Euro (€UR).

Como se pode verificar, naquele período o USD desvalorizou-se significativamente em relação ao AUD e ao €UR e moderadamente em relação à IDR. A taxa de câmbio do USD face ao JPY não sofreu uma modificação significativa, resultado de uma política japonesa de não deixar valorizar excessivamente a sua moeda relativamente ao dólar a fim de não prejudicar as exportações para os Estados Unidos.

Repare-se que até ao final de Junho deste ano, o USD perdeu cerca de 15% do seu valor face ao Euro: passou de cerca de EUR/USD 1,007, em média, em Julho/2002 para EUR/USD 0,856, em média, Junho/2003.

A desvalorização face ao AUD foi semelhante naquele mesmo período: de AUD/USD 1,807 para 1,503. A subida deste último é especialmente importante para o nosso país por

Taxas de câmbio (médias mensais)			
	EUR/USD	AUD/USD	IDR/USD
Jul 2002	1,007	1,807	8 977
Ago 2002	1,022	1,845	8 917
Set 2002	1,021	1,828	8 963
Out 2002	1,019	1,819	9 186
Nov 2002	0,998	1,781	9 089
Dez 2002	0,981	1,777	8 921
Jan 2003	0,941	1,715	8 899
Fev 2003	0,928	1,683	8 893
Mar 2003	0,927	1,662	8 926
Abr 2003	0,921	1,643	8 842
Mai 2003	0,866	1,546	8 444
Jun 2003	0,857	1,507	8 257



tornar mais caras as importações daí provenientes e que tenderão a exercer pressões sobre os preços no sentido da sua alta.

A revalorização da taxa de câmbio da rupia indonésia face ao USD foi menor do que a do Euro, tendo sido de cerca de 8% desde Julho do ano passado. Isto torna mais caras as importações timorenses provenientes da Indonésia, sendo esta, provavelmente e em conjunto com outros elementos (alguns deles bem mais importantes do que esta evolução cambial), uma das explicações para a taxa de inflação de cerca de 10% que se verificou no ano passado (2002) no nosso país.

### ***Finanças Públicas***

Relativamente às finanças públicas, os dados disponíveis permitem-nos dizer que o total das despesas em 2002/2003 terá sido de 70,6 milhões de USD. Destas, a maior fatia coube ao sector da educação (17 milhões de USD e 24%), seguido dos “assuntos económicos” (23%) e dos gastos gerais de administração (17%).

Note-se que os dois principais sectores de natureza mais social (educação e saúde) representaram, no conjunto, quase 35% das despesas do Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste em 2002/03. As despesas com a ordem pública e a segurança externa representaram 21% do Orçamento. As despesas “sociais” ultrapassaram estas últimas despesas em cerca de 10 milhões de USD.

Entre 2001/02 e 2002/03 as despesas terão aumentado 28%, com as maiores subidas (pelo menos quanto aos sectores mais importantes) na saúde, na segurança interna e na educação. A subida nas despesas de segurança interna encontra a sua explicação no movimento de crescente substituição de forças internacionais por forças nacionais, com aumento destas.

Numa classificação económica, 82% das despesas foram de natureza corrente --- com cerca de metade das despesas globais a serem gastas em bens e serviços e um terço em salários --- e apenas 18% foram despesas de capital. Note-se que isto constitui uma evolução que muitos considerarão como muito negativa face ao passado recente, já que no ano fiscal 2000/01 as despesas de capital tinham representado 42%, valor que baixou para 22% em 2001/02.

Note-se, porém, que aqueles anos foram de início de instalação da Administração Pública, com todas as exigências correspondentes a um tal período (instalações apropriadas, equipamento vários, etc.). À medida que o tempo foi passando e que a fase de instalação deu lugar a uma que é essencialmente de funcionamento corrente, era natural que as despesas correntes aumentassem de importância e que as despesas de capital fossem diminuindo (relativamente).

Dizer isto não é afirmar que, neste domínio, tudo vai bem... De facto, a evolução acima referida também pode denotar --- e denota, em parte --- uma dificuldade crescente em a Administração Pública concretizar os seus projectos de investimento, o que é, certamente, um sinal negativo para um futuro, cada vez mais próximo, em que a redução do apoio de técnicos internacionais pode limitar (ainda mais) a capacidade de implementação de projectos.

Mas estas despesas da Administração Pública não são, naturalmente, as únicas despesas “públicas” de Timor-Leste. Estas incluem ainda as despesas de agências autónomas (p.ex., os porto e aeroporto de Dili), o “TFET” (*Trust Fund for East Timor*), a ajuda bilateral e a ajuda multilateral carreada através da UNMISSET.

No total, estas despesas terão totalizado cerca de 333 milhões de USD, depois de terem sido 400 milhões no ano fiscal anterior. A maior queda verificou-se nas despesas da UNTAET /UNMISSET, que baixaram de 183 para 108 milhões de USD na sequência do progressivo *dowsizing* da presença da ONU no nosso país.



O financiamento das despesas do Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste (o “CFET”) foi assegurado pelas receitas próprias do país e pelo apoio dos doadores. As receitas nacionais (internas + petróleo/gás) financiam um pouco menos de 2/3 das despesas do CFET (mais concretamente 44 milhões de USD, com as internas a atingirem apenas cerca de 17,4 milhões USD) e os donativos dos doadores deverão atingir os 33 milhões de USD.

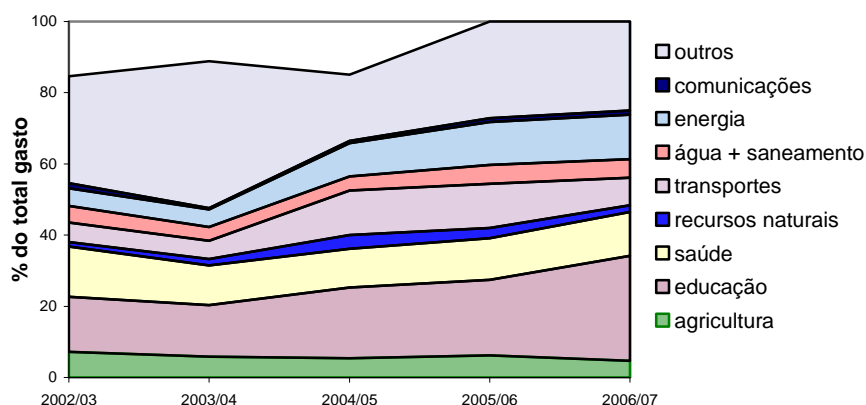
Desta evolução resultou uma acumulação líquida de recursos que se traduziu, nomeadamente, no aumento do volume dos depósitos do Estado junto do “banco central” de 17,1 milhões USD para 41,5 milhões USD entre Julho/2002 e Junho/2003. Serão estas disponibilidades acumuladas que irão, em parte, ajudar o Estado a superar a fase de maiores dificuldades financeiras, que se estima vir a surgir entre 2004 e 2006, em resultado da quebra nas transferências dos doadores num ambiente em que as receitas do “Mar de Timor” deverão sofrer algum adiamento devido ao adiamento dos acordos entre as partes quanto à divisão dos recursos a gerar.

Uma outra análise que se pode fazer é a identificação de quais os principais sectores onde têm sido (e virão a ser) aplicados os recursos do Estado timorense e dos doadores que nos têm apoiado desde 1999. O gráfico ao lado dá-nos o essencial desta informação

Note-se que, no quadro ao lado, apenas os anos de 2002/03 e 2003/04 correspondem a dados observados, enquanto que os dos outros anos (anos fiscais de 2004/05 a 2006/07) são apenas estimativas susceptíveis de serem alteradas pelos dois principais tipos de intervenientes: o Governo, através do Orçamento do Estado, e os doadores, através das alterações que venham a introduzir no montante e estrutura dos seus donativos.

Do gráfico pode deduzir-se que os sectores sociais (educação e saúde) têm sido os principais beneficiários das despesas feitas pelo Estado e pelos doadores. Estas opções estão inteiramente de acordo com as percepções modernas sobre o desenvolvimento

**Estrutura total dos gastos**  
(Orçamento de Estado de TL + doadores)



Percentagem dos gastos (Estado e doadores)	Orçamento (CFET)		Doadores	
	2002/03	2003/04	2002/03	2003/04
Agricultura e pecuária	1.2	1.1	10.0	8.0
Educação e treino	22.1	23.5	12.4	10.3
Saúde	10.5	11.5	15.7	11.0
Recursos naturais e ambiente	1.2	1.4	1.3	2.1
Transportes	9.0	11.0	3.0	1.7
Água e saneamento	3.3	3.5	5.2	3.9
Energia	14.7	15.3	0.6	0.3
Comunicações	1.5	1.2	1.4	0.0
Total dos programas sectoriais	65.3	70.2	53.7	41.1
Outros programas	34.7	29.8	27.9	46.5
<b>Total dos programas</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>81.6</b>	<b>87.6</b>

Nota: o “total dos programas” da coluna “doadores” não é igual a 100% porque estes aplicam parte do seu dinheiro em outros programas que não são aqui incluídos



económico, nomeadamente as enfatizadas no conceito de “desenvolvimento humano” e nos chamados “Objectos do Milénio” aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2000 e subscritos por Timor-Leste.

### *Moeda, crédito e taxas de juro*

No relatório da ABP/BPA publicado no ano passado referimos que “a situação monetária de Timor-Leste é fortemente condicionada pelo facto de uma moeda externa, o dólar norte-americano (USD), ter sido escolhida como a moeda com curso legal no país”. Não se tendo alterado em nada esta situação, a frase continua a ser válida, tendo como uma das consequências de que não é possível determinar com precisão a circulação monetária no país.

De facto, embora sejam perfeitamente conhecidos os valores da moeda americana importados pela “Autoridade” e por esta (directamente ou através dos bancos comerciais) postos em circulação, a verdade é que o regime de liberdade de circulação de capitais (incluindo numerário) que prevalece no nosso país impede que se saiba, com exactidão, a moeda em circulação. Dois desses mecanismos/factos são referidos no nosso Relatório do ano passado e recordados aqui: pagamento, em numerário, de importações e transferências para o exterior, também em dinheiro, de parte, por vezes significativa, dos rendimentos dos quadros internacionais trabalhando entre nós.

Mas, com excepção da circulação monetária total, existem no domínio monetário muitas informações disponíveis, principalmente desde que a ABP/BPA começou a elaborar as estatísticas monetárias do nosso país. Compiladas desde Julho/2002 e publicadas pela primeira vez no nosso “Boletim Económico” nº1, de Abril passado, dos valores recentemente compilados pela ABP/BPA pode-se verificar que no final de Junho/2003 o montante global de depósitos de particulares (à vista e a prazo) na banca comercial era de 58,5 milhões de USD, um aumento de cerca de 7 milhões comparativamente com o mesmo mês do ano passado. Note-se que as estatísticas monetárias de Julho deste ano, contrariamente às do ano passado, já incluem a actividade da Instituição de Micro-Finanças de Timor-Leste

A ABP/BPA, por sua vez, detinha no final de Junho cerca de 41,5 milhões de USD de depósitos do Estado, de que é legalmente o único banqueiro. Este valor deve ser comparado com o de 17,2 milhões de USD existentes no final de Julho de 2002 e resulta, como referimos acima, de alguma acumulação de recursos públicos financeiros.

Os depósitos bancários são, tradicionalmente, a principal fonte de financiamento daquela que é, em princípio, a principal actividade e fonte de receitas dos bancos: a concessão de **crédito** bancário. Por isso interessa comparar o volume destes com o dos depósitos existentes.

Segundo as estatísticas monetárias da ABP/BPA, o volume de crédito existente em fim de Julho de 2002 era de 6,4 milhões de USD.

Segundo dados fornecidos pelo banco mais activo na concessão de crédito interno, ele emprestou, desde o início da sua actividade, cerca de 12,3 milhões de USD (valor contratado, a que corresponde um valor efectivamente utilizado pelos devedores de 10,4 milhões de USD).

A esmagadora maioria dos empréstimos (93%) destinaram-se à construção ou reconstrução de habitações, representando 60% do crédito concedido. O seu valor médio foi de cerca de 2000 USD cada um.

Um número reduzido de empréstimos (236, correspondendo a cerca de 7% do total dos empréstimos mas a 40% do valor actual) destinou-se a outras actividades, nomeadamente o comércio interno (12% do valor actual), o comércio externo (2,8%), a construção (13,4%), a indústria (10 empréstimos, representando 3,9% do valor actual) e a agricultura (apenas 1 contrato de empréstimo).



Refira-se ainda que a taxa de juro mais praticada foi de cerca de 15% mas a taxa média dos empréstimos para habitação, os mais numerosos, foi de 15,7%.

Deve ser tido em conta que para além do crédito estritamente bancário existem outras fontes de crédito acessíveis aos particulares, nomeadamente disponibilizadas por organizações internacionais e por ONGs.

O confronto do valor global dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário com o valor dos depósitos por ele obtidos (51,7 milhões USD) permite-nos concluir que o **rácio empréstimos/depósitos** era, naquele mês de Julho/2002, de 0,12. O rácio manteve-se mais ou menos inalterado até Março/2003 mas devido ao crescimento do crédito concedido até ao fim de Julho deste ano, o rácio em causa aumentou para 0,18 neste mês e para 0,2 em Agosto. De notar que este rácio tem usualmente, nas economias com sistemas bancários mais desenvolvidos, um valor superior a 0,5 ou, mesmo, 0,6.

Duas conclusões principais se podem retirar dos valores daquele rácio observados para Timor-Leste: primeira, a de que não existindo aplicações rentáveis suficientes para os montantes à sua guarda, os bancos comerciais vêm-se obrigados a aplicar fora de portas, no estrangeiro, uma parte muito significativa dos recursos que conseguem mobilizar internamente. As **disponibilidades totais (brutas) dos bancos comerciais no exterior** passaram de 44,3 para 53,3 milhões de USD entre Julho de 2002 e Junho deste ano; as **disponibilidades líquidas da ABP/BPA** no exterior eram de 51,3 milhões de USD no fim de Junho/2003, o que representa um aumento de 23 milhões face a Julho do ano anterior; estes valores correspondem, no essencial, às aplicações dos recursos depositados pelo Governo junto da “Autoridade”. Os **activos externos líquidos totais** do país evoluíram dos 73,3 milhões de USD em Julho/02 até aos 99,7 do fim de Junho deste ano, o que coloca Timor-Leste na situação pouco vulgar (face ao seu nível de desenvolvimento) de ser um *credor líquido* do resto do mundo.

A segunda conclusão é a de que, apesar de o custo do dinheiro que está à sua guarda ser relativamente baixo (baixas taxas de juro pagas aos depositantes), os bancos têm necessidade de cobrar **taxas de juro** activas (as dos empréstimos concedidos) elevadas para cobrirem os seus custos (financeiros e operacionais) e o risco do negócio. O aumento da concorrência no sistema bancário, com a entrada no mercado de novos bancos, poderá influenciar estes valores no sentido da baixa mas não cremos que venha a haver, por aqui, modificações significativas.

Note-se igualmente que o facto de os bancos concederem pouco crédito interno em relação aos recursos à sua disposição significa que os seus custos operacionais têm de ser suportados por um número limitado de tomadores de crédito. O aumento significativo deste pode também influenciar positivamente a descida das taxas de juro.

Naturalmente estas não são as únicas (nem as principais) razões para as taxas de juro activas cobradas pelo sistema bancário serem relativamente altas (cerca de 15% a 17%, excepto para os seus melhores clientes) quando comparadas com as taxas de juro do USD que hoje em dia se praticam nos mercados internacionais.

Estas taxas encontram parte muito importante da sua justificação no risco do negócio, nomeadamente devido à fraqueza da actividade económica e à falta de suficientes garantias reais (nomeadamente propriedades urbanas ou rurais) prestadas pelos tomadores de empréstimos. Esta mesma questão já era referida no nosso Relatório do ano fiscal anterior e tenderá a tornar-se crónica se as autoridades não conseguirem estabelecer um apropriado quadro de clarificação da propriedade e de leis que condicionam a actividade empresarial.

Porém, e dado que a taxa de não cumprimento é relativamente reduzida (cerca de 2-3% do crédito concedido), poder-se-á levantar a questão de saber se a taxa de risco é tão elevada como aparentemente se considera. Não nos esqueçamos, porém, que ela pode não ser elevada porque os tomadores de empréstimos são criteriosamente escolhidos pelos bancos e que um “afrouxar” do critério resultará, quase de certeza, num aumento do



chamado “crédito mal parado” ou irrecuperável (os “*non performing loans*”) --- o que obrigaria, por sua vez, a praticar uma taxa de juros mais elevada.

Note-se que as taxas de juro acima referidas deverão ser confrontadas com a taxa de inflação para determinar a *taxa de juro real*. Assim, se àquelas retirarmos esta (que foi de 9,5% em 2002 mas que tenderá para 5-6% este ano), chegamos a taxas de juro reais de cerca de 7-8% em 2002 e de cerca de 11-12% em 2003, manifestamente elevadas se olhadas no contexto internacional.

Pela sua parte, os depositantes estão a receber taxas de juro reais negativas, já que as taxas de juro dos depósitos ou são nulas (depósitos à ordem) ou muito baixas (cerca de 1% nos depósitos a prazo). Esta situação é usualmente considerada como desincentivadora da constituição de poupanças e a sua colocação junto do sector bancário, uma situação que em nada contribui para o desenvolvimento económico e social do país.

**Estatísticas Monetárias de Timor-Leste**  
Julho 2002 a Junho 2003

# ESTATÍSTICAS MONETÁRIAS

para o período JULHO DE 2002 a JUNHO DE 2003

Milhares de USD	Jul 2002	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2002	Jan 2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun 2003
<b>Activos externos líquidos</b>	<b>69969</b>	<b>77266</b>	<b>77330</b>	<b>74800</b>	<b>83559</b>	<b>89875</b>	<b>88955</b>	<b>88089</b>	<b>92791</b>	<b>93087</b>	<b>92315</b>	<b>99669</b>
<b>Créditos sobre não-residentes</b>	<b>72817</b>	<b>80258</b>	<b>80451</b>	<b>79202</b>	<b>97822</b>	<b>104199</b>	<b>103411</b>	<b>102736</b>	<b>107846</b>	<b>108747</b>	<b>108095</b>	<b>116000</b>
<b>Ouro ou DSE</b>												
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>8295</b>	<b>14011</b>	<b>12395</b>	<b>9312</b>	<b>15170</b>	<b>18072</b>	<b>14996</b>	<b>12589</b>	<b>15078</b>	<b>11554</b>	<b>15482</b>	<b>10535</b>
Moeda estrangeira (ABP = Banco Central)	5851	11317	8474	6202	11686	13042	12366	9858	12224	8886	12669	7745
Moeda estrangeira (Bancos Comerciais = B Com)	2444	2694	3921	3110	3484	5030	2629	2732	2855	2668	2813	2790
<b>Depósitos no exterior</b>	<b>64522</b>	<b>66247</b>	<b>68056</b>	<b>69890</b>	<b>71796</b>	<b>75270</b>	<b>77559</b>	<b>79290</b>	<b>81911</b>	<b>85845</b>	<b>81265</b>	<b>94116</b>
Depósitos (ABP)	22661	22347	24770	26886	27133	30483	31707	32411	34110	40822	36074	43649
Depósitos (B Com)	41861	43900	43286	43004	44663	44786	45852	46879	47801	45023	45191	50467
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10857</b>	<b>10857</b>	<b>10857</b>	<b>10857</b>	<b>10857</b>	<b>11348</b>	<b>11348</b>	<b>11348</b>
Subscrição da quota do FMI	0	0	0	0	10857	10857	10857	10857	10857	11348	11348	11348
<b>Menos: Passivos para com não-residentes</b>	<b>2848</b>	<b>2991</b>	<b>3121</b>	<b>4402</b>	<b>14264</b>	<b>14324</b>	<b>14457</b>	<b>14648</b>	<b>15056</b>	<b>15660</b>	<b>15781</b>	<b>16330</b>
Subscrição da quota do FMI (ABP)	0	0	0	0	10857	10857	10857	10857	10857	11348	11348	11348
Crédito do exterior (B Com)	2848	2991	3121	4402	3407	3466	3600	3790	4198	4312	4432	4982
<b>Crédito interno</b>	<b>-10771</b>	<b>-16992</b>	<b>-14662</b>	<b>-15315</b>	<b>-18889</b>	<b>-26943</b>	<b>-25047</b>	<b>-22115</b>	<b>-29224</b>	<b>-29104</b>	<b>-29345</b>	<b>-32716</b>
<b>Crédito líquido sobre a Administração Central</b>	<b>-17156</b>	<b>-23205</b>	<b>-20860</b>	<b>-21802</b>	<b>-25404</b>	<b>-33673</b>	<b>-31048</b>	<b>-29391</b>	<b>-36298</b>	<b>-37001</b>	<b>-37418</b>	<b>-41535</b>
<b>Crédito à Administração Central</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Crédito à Administração Central (ABP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crédito à Administração Central (B Com)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Menos: passivo para com a Administração Central</b>	<b>17156</b>	<b>23205</b>	<b>20860</b>	<b>21802</b>	<b>25404</b>	<b>33673</b>	<b>31048</b>	<b>29391</b>	<b>36298</b>	<b>37001</b>	<b>37418</b>	<b>41535</b>
Depósitos da Administração Central (ABP)	17156	23205	20860	21802	25404	33673	31048	29391	36298	37001	37418	41535
Depósitos da Administração Central (B Com)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Crédito ao sector privado</b>	<b>6386</b>	<b>6213</b>	<b>6198</b>	<b>6487</b>	<b>6514</b>	<b>6730</b>	<b>6002</b>	<b>7276</b>	<b>7074</b>	<b>7897</b>	<b>8073</b>	<b>8819</b>
<b>Outras instituições financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Contas a receber (ABP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos sobre outros sectores (B Com)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros sectores residentes</b>	<b>6386</b>	<b>6213</b>	<b>6198</b>	<b>6487</b>	<b>6514</b>	<b>6730</b>	<b>6002</b>	<b>7276</b>	<b>7074</b>	<b>7897</b>	<b>8073</b>	<b>8819</b>
Contas a receber (ABP)	0	0	0	21	0	0	33	46	64	78	93	102
Créditos sobre outros sectores (B Com)	6386	6213	6198	6465	6514	6730	5969	7230	7009	7819	7981	8717

<b>"Massa monetária" ("M2")</b>	<b>51668</b>	<b>52907</b>	<b>54837</b>	<b>51526</b>	<b>56284</b>	<b>54883</b>	<b>56030</b>	<b>57977</b>	<b>55286</b>	<b>55905</b>	<b>54648</b>	<b>58494</b>
<b>Depósitos transferíveis</b>	<b>45641</b>	<b>46771</b>	<b>49058</b>	<b>46116</b>	<b>50501</b>	<b>49165</b>	<b>50329</b>	<b>52243</b>	<b>49471</b>	<b>50113</b>	<b>48621</b>	<b>52637</b>
<b>Outras instituições financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Sociedades Financeiras não-públicas</b>	<b>74</b>	<b>133</b>	<b>52</b>	<b>155</b>	<b>262</b>	<b>274</b>	<b>244</b>	<b>896</b>	<b>869</b>	<b>861</b>	<b>758</b>	<b>755</b>
Empresas Públicas não-Financeiras (B Com)	74	133	52	155	262	274	244	896	869	861	758	755
Empresas Públicas não-Financeiras (ABP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outras instituições não- financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Outros sectores residentes</b>	<b>45566</b>	<b>46637</b>	<b>49006</b>	<b>45961</b>	<b>50238</b>	<b>48891</b>	<b>50085</b>	<b>51347</b>	<b>48603</b>	<b>49252</b>	<b>47864</b>	<b>51882</b>
Depósitos à ordem de clientes (B Com)	45566	46637	49006	45961	50238	48891	50085	51347	48603	49252	47864	51882
<b>Outros depósitos</b>	<b>6027</b>	<b>6137</b>	<b>5779</b>	<b>5410</b>	<b>5784</b>	<b>5718</b>	<b>5701</b>	<b>5734</b>	<b>5815</b>	<b>5792</b>	<b>6027</b>	<b>5856</b>
<b>Outros sectores residentes</b>	<b>6027</b>	<b>6137</b>	<b>5779</b>	<b>5410</b>	<b>5784</b>	<b>5718</b>	<b>5701</b>	<b>5734</b>	<b>5815</b>	<b>5792</b>	<b>6027</b>	<b>5856</b>
Depósitos a prazo	6027	6137	5779	5410	5426	5343	5243	5190	5196	5050	5185	4900
Depósitos de poupança	0	0	0	0	357	375	459	544	619	742	842	956
<b>Capital</b>	<b>7247</b>	<b>7270</b>	<b>7236</b>	<b>7333</b>	<b>9416</b>	<b>9304</b>	<b>9326</b>	<b>9137</b>	<b>9092</b>	<b>9096</b>	<b>9144</b>	<b>9045</b>
<b>Fundos disponibilizados pelos proprietários</b>	<b>7209</b>	<b>7209</b>	<b>7209</b>	<b>7039</b>	<b>9039</b>	<b>9100</b>	<b>9339</b>	<b>9084</b>	<b>9084</b>	<b>9084</b>	<b>9084</b>	<b>9084</b>
Fundos disponibilizados pelo Estado (ABP)	6885	6885	6885	6885	6885	6885	7351	7351	7351	7351	7351	7351
Fundos disponibilizados pelos proprietários (B Com)	325	325	325	155	2155	2215	1988	1733	1733	1733	1733	1733
<b>Rendimentos não distribuídos</b>	<b>-429</b>	<b>-406</b>	<b>-389</b>	<b>-173</b>	<b>-90</b>	<b>-263</b>	<b>-13</b>	<b>53</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>60</b>	<b>-39</b>
Rendimentos não distribuídos (ABP)	41	54	115	161	193	180	299	396	389	429	481	389
Rendimentos não distribuídos (B Com)	-470	-460	-504	-334	-283	-443	-312	-343	-381	-417	-422	-428
<b>Reservas Gerais e Especiais</b>	<b>467</b>	<b>467</b>	<b>467</b>	<b>467</b>	<b>467</b>	<b>467</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Reservas Gerais e especiais (ABP)	467	467	467	467	467	467	0	0	0	0	0	0
Reservas Gerais e especiais (B Com)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Ajustamentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-51</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ajustamentos (ABP)												
Ajustamentos (B Com)	0	0	-51	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros passivos líquidos</b>	<b>284</b>	<b>97</b>	<b>595</b>	<b>626</b>	<b>-1031</b>	<b>-1254</b>	<b>-1447</b>	<b>-1140</b>	<b>-811</b>	<b>-1018</b>	<b>-822</b>	<b>-586</b>



## 4 – A PRIMEIRA EMISSÃO DE MOEDA CORRENTE DE TIMOR-LESTE:

### UMA SÍNTESE DO PROCESSO

#### Índice

Os primórdios .....	pg 64
A primeira sugestão .....	64
O processo de selecção dos desenhos das moedas e seu resultado final .....	65
O Governo aceita a última proposta da INCM .....	66
Assinatura do contrato para a cunhagem e produção das moedas	67
A preparação da campanha de divulgação das moedas .....	67
A entrada em circulação das primeiras moedas de Timor-Leste .....	68

Tanto quanto é do nosso conhecimento, data da “*Conferência de Melbourne*” (1998), organizada pelo então *CNRT-Conselho Nacional da Resistência Timorense*, a primeira referência à emissão de moeda por um Timor-Leste independente --- então não muito mais do que um sonho, para muitos distante, de quase todos os timorenses.

Note-se, porém, que o que estava em causa na comunicação apresentada então por Helder da Costa era a criação de uma unidade monetária própria para Timor-Leste e não, como agora, a simples emissão de moedas metálicas para uso corrente.



A ideia de considerar a emissão de moeda metálica própria (como subdenominação do dólar norte-americano, entretanto definido como a moeda com curso legal em Timor-Leste) veio a ser fortemente defendida por elementos da liderança timorense durante a administração da UNTAET, vindo a ser consagrada no Regulamento n. 2001/30 de Novembro de 2001, regulamento que deu origem à Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste.

O texto que se segue é uma síntese do processo que levou à adopção das características das moedas metálicas da primeira emissão da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), cujo início de circulação está planeado para o próximo mês de Novembro.

## Os primórdios

Como referimos atrás, elementos da liderança timorense sugeriram que na redacção da lei que criou a ABP/BPA ficasse desde logo consagrada a possibilidade de, mesmo num quadro de vigência do dólar americano como moeda legal de Timor-Leste, pudesse vir a ser cunhada moeda metálica nacional, que seria assim uma subdenominação do dólar e teria o nome de “Centavo”. Essa possibilidade ficou devidamente contemplada no Regulamento que deu origem à ABP/BPA, tendo ficado igualmente definido que seria esta instituição a única com legitimidade para emitir a referida moeda.

Desde os primeiros meses de Timor-Leste como um país soberano que este assunto foi alvo de discussão e análise entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e os responsáveis de Autoridade Bancária e de Pagamentos, havendo um consenso no sentido de que seria desejável introduzir, a curto prazo, moeda metálica nacional que substituísse, pelo menos parcialmente, as moedas metálicas de cêntimos do dólar norte-americano. Uma das razões para este facto era tentar ultrapassar as dificuldades de adaptação da população de Timor-Leste a moedas que lhe eram estranhas, que não tinham o seu valor expresso em números e a cuja ordem de dimensão não correspondia à ordem de valor (a moeda americana de cinco “cents” é maior que a de dez “cents”).

Naturalmente, porém, que também pesou na decisão a vontade de que Timor-Leste, enquanto um novo país independente, possuísse um dos tradicionais símbolos de soberania: uma moeda nacional

Em consequência desta disposição a ABP/BPA incluiu nos seus planos de acção a emissão de moedas metálicas próprias, iniciando os estudos que pudessem fundamentar as escolhas a efectuar até se chegar à decisão final sobre a emissão de tais moedas.

## A primeira sugestão

Depois de alguns estudos preliminares e algum debate interno à Autoridade, decidiram-se algumas linhas fundamentais que pudessem constituir uma base de trabalho a ser discutida com o Governo da RDTL.

Tais trabalhos, desenvolvidos, no essencial, durante o mês de Novembro de 2002, deram origem a uma primeira sugestão sobre as ligas metálicas a utilizar, quantidades a produzir e temas a reproduzir nas moedas. Tal sugestão foi apresentada pela ABP/BPA ao Governo em documento intitulado *A emissão de moeda metálica pela República Democrática de Timor-Leste: estudo preliminar*, datado de 9 de Dezembro de 2002 e entregue nessa mesma data ao Chefe do Governo, Dr. Mari Alkatiri.

Tal sugestão sugeria como tema-base dos desenhos das moedas a cunhar para a primeira emissão de moedas metálicas do país reproduções das várias habitações típicas de Timor-Leste, segundo o conhecido livro CINATTI, Ruy et al. *Arquitectura timorense*, Instituto de Investigação Científica Tropical - Museu de Etnologia, Lisboa, 1987 :



Ao escolher este tema a "Autoridade" pretendia não só homenagear a cultura timorense mas também, ao mesmo tempo, utilizar as moedas como veículo de divulgação dessa cultura --- inclusive dentro do próprio país. As diferentes casas de Timor surgiriam numa das faces da moeda, sendo a outra face (com o valor de cada moeda) comum a todas as moedas.

O estudo que temos vindo a referenciar sugeria ainda que os valores faciais a emitir fossem de 1, 5, 10, 25 e 50 centavos. Os fundamentos desta escolha constam do referido documento.

Objecto de particular reflexão foi a decisão de emitir uma moeda de 50 (cinquenta) centavos, a qual não existe no leque de moedas americanas. Acabou sendo decidido emití-la com o objectivo de gradualmente poder vir a reduzir a utilização das notas de 1 (um) dólar norte-americano (USD). Razão para tal é a grande intensidade do uso desta nota no nosso país --- derivada em boa parte da estrutura de preços que se estabeleceu desde 1999 --- a qual leva à rápida degradação do aspecto e das condições da nota de um dólar, obrigando à sua recolha prematura e reenvio, com custos significativos de transporte e seguro, para os Estados Unidos. Refira-se que na esmagadora maioria dos sistemas monetários um valor equivalente a 1 USD surge como moeda e não como nota.

## O processo de escolha dos desenhos das moedas e seu resultado final

Durante encontros realizados em meados de Janeiro de 2003 entre elementos do Governo e responsáveis da ABP/BPA, os primeiros expressaram a sua preocupação com a necessidade dos desenhos das moedas não indiciarem ou sugerirem qualquer tipo de preferência por determinada(s) região(-ões) relativamente a outras e também por entender que a "tipicidade" das habitações tradicionais em relação a cada região era, com a excepção da casa de Lautem/Los Palos, discutível, pelo que consideravam ser desejável seguir outra via para os temas dos desenhos das futuras moedas.

Tendo em conta esta opinião dos responsáveis do Governo e ainda uma sugestão entretanto veiculada pelo (então designado) Departamento de Assuntos Monetários e Cambiais do Fundo Monetário Internacional, a qual reflectia opções consagradas internacionalmente, a ABP/BPA, decidiu ainda em Janeiro de 2003 rever a sua sugestão inicial quanto à temática dos desenhos.

A nova proposta sugeria que fossem representadas nas várias moedas (de 1, 5, 10, 25 e 50 centavos) os seguintes produtos/bens (por ordem): grãos de café, um galo de combate, um crocodilo, um búfalo e uma casa típica de Lautem/Los Palos.

Na base da sugestão está, além das indicações acima, a vontade de utilizar as moedas como elemento de divulgação de aspectos económicos e culturais de Timor-Leste.

Os primeiros estão presentes essencialmente na sugestão do café e do búfalo; o primeiro pretendia representar a principal riqueza agrícola de exportação e, genericamente, a agricultura, principal actividade económica da população timorense e o segundo, o búfalo, representa simultaneamente um importante instrumento de trabalho na cultura do arroz --- principal elemento da alimentação timorense --- e um elemento relevante no processo de acumulação de poupanças e, por isso, de *stock* de riqueza.

Os elementos de natureza mais "cultural" seriam o galo de combate --- um motivo forte da tradição timorense ---, o crocodilo --- uma referência à conhecida lenda da criação da ilha de Timor --- e a casa de Los Palos --- verdadeiro *ex-libris* de Timor-Leste.

A fim de avaliar a adequação destes temas à sua utilização em moedas metálicas, foram estabelecidos contactos com a INCM-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, de Portugal. A abordagem a esta instituição surgiu na sequência da cunhagem efectuada pela INCM da medalha comemorativa da Independência de Timor-Leste. Por outro lado visava-se aproveitar a experiência já centenária da INCM no desenho e cunhagem de moedas.



Fruto dos contactos estabelecidos, foi recebida pela ABP/BPA em 15 de Fevereiro de 2003 a primeira sugestão de desenhos de moedas apresentada por aquela empresa.

Note-se que simultaneamente foram feitos contactos com outras reputadas instituições de cunhagem de moedas com os mesmos objectivos.

Os desenhos sugeridos pela INCM foram apreciados pelo Governo que os acolheu favoravelmente de uma forma genérica mas com a sugestão de que se incluíssem dois temas que remetessem para a necessidade de protecção ambiental em Timor-Leste, sendo eventualmente um deles ligado ao mar e outro ligado à terra.

Simultaneamente, foi sugerida uma alteração da relação tema-valor de cada moeda que passou a ser a seguinte:

1. a moeda de *1 centavo* deveria ter por tema o mar e, particularmente, a necessidade de preservar os recursos marítimos do país pelo que deveria ter por tema uma *concha* ou uma *tartaruga*;
2. a moeda de *5 centavos* deveria ter por tema a necessidade de preservar os recursos faunísticos do país, tendo em reunião realizada na ABP/BPA, sido sugerido que poderia ser eventualmente uma ave tipicamente local – um “*lorico*”;
3. a moeda de *10 centavos* deveria representar o *galo de combate* — que assim “transitou” da moeda de 5 centavos da primeira sugestão;
4. a de *25 centavos* passaria a incluir o perfil de um barco — “*beiro*” — até então representado na moeda de 10 centavos; e
5. a de *50 centavos* deveria retratar a maior riqueza agrícola de exportação do país, o café.

Tendo sido tal facto comunicado à Imprensa Nacional - Casa da Moeda (INCM), conjuntamente com fotografias apropriadas, esta veio a apresentar, em 26 de Março de 2003, um conjunto de desenhos para as moedas.

Entretanto e sensivelmente na mesma data, foi recebida na ABP/BPA uma proposta apresentada por uma outra instituição europeia que apresentava um conjunto de propostas temáticas de desenhos baseadas nas mesmas sugestões.

### **O Governo aceita a proposta da *Imprensa Nacional-Casa da Moeda***

Após análise comparativa das duas propostas de desenhos e depois de consultar o Senhor Presidente da República, o Governo, através do seu Primeiro Ministro, comunicou à Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, em carta datada de 8 de Abril de 2003, a sua aceitação da proposta de desenhos sugerida pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, de Portugal.

Nessa mesma carta sugeria-se, porém, que, por sugestão do Presidente da República, a moeda de 5 centavos, cujo tema era até então um “lorico”, fosse substituída por uma outra em que o tema fosse o arroz. Este, o principal alimento de muitos timorenses, representaria a necessidade de lutar contra a fome e contra a pobreza que atinge um número significativo de cidadãos nacionais.

Tendo sido obtidos desenhos alternativos para o tema do arroz, o Conselho de Administração da ABP/BPA, em reunião formal efectuada a 8 de Maio de 2003, decidiu estabelecer em definitivo os desenhos para o conjunto de moedas, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao Governo, o qual manifestou a sua concordância.

Os desenhos definitivos das moedas foram, logo em Maio de 2003, após a assinatura do contrato de adjudicação da cunhagem das moedas e através de um “Boletim Económico” especial (publicado em português e em tetum), objecto de divulgação



pública. Eles baseiam-se, na sua maior parte, em fotos do assessor económico da “Autoridade”, Prof. Doutor António Almeida Serra. A foto da espiga de arroz foi obtida em Aileu, a do galo em Dili (no chamado “mercado dos tais”), a do beiro também em Dili (na praia de Bidau-Santana) e a do café junto da estrada, perto de Ermera. Face à impossibilidade de obter a fotografia de um nautilus vivo (tema da moeda de um centavo), o desenho desta moeda inspira-se numa ilustração obtida na Internet.

Na face comum, em que surge bem visivelmente expresso em números o valor facial de cada moeda, figura também um *kaibauk*, tradicional peça timorense associada à ideia de importância social e dignidade. Os bordos desta face, diferentes nas moedas de 1 (um), 5 (cinco) e 10 (dez) centavos, por um lado, e de 25 (vinte e cinco) e 50 (cinquenta) centavos, por outro, são inspirados em desenhos dos *tais* timorenses que representam, de uma forma estilizada, crocodilos, numa alusão à forma da ilha e à conhecida lenda sobre a criação da Ilha de Timor.



### **Assinatura do contrato para a cunhagem e produção das moedas**

Entretanto, da análise das três propostas recebidas quanto ao custo de produção das moedas, conclui-se que era claramente a INCM que apresentava o valor mais baixo. Este valor veio posteriormente a ser reduzido ainda mais porque, no contrato que veio a ser assinado com a ABP/BPA, a INCM foi autorizada a proceder (fora de Timor-Leste) à venda de coleções de moedas para fins numismáticos. Isso permite-lhe recuperar parcialmente os custos de fabrico.

Concluídos os trabalhos de definição das características das moedas e definido o orçamento para a sua produção, durante o mês de Maio foi preparado o contrato a se celebrado entre a ABP/BPA e a INCM.

Significativamente, a cerimónia de assinatura do contrato teve lugar no dia 20 de Maio de 2003, data do primeiro aniversário da restauração da independência de Timor-Leste. A assinatura do referido contrato teve lugar em Lisboa, sendo o mesmo rubricado em nome da ABP/BPA pelo seu Director Geral-Adjunto, Sr. Abraão Fernandes de Vasconcelos e tendo igualmente participado na cerimónia a Embaixadora da República Democrática de Timor-Leste junto da República Portuguesa, Dr<sup>a</sup> Pascoela Barreto, bem como todos os funcionários da ABP/BPA que naquela ocasião se encontravam a frequentar acções de formação em Portugal.

Sublinhe-se ainda, recordando o que resulta do que fica acima, que, embora a ABP/BPA tivesse desempenhado um papel central na condução do processo de produção das moedas, este processo foi devidamente acompanhado pelo Governo da República Democrática de Timor-Leste e - nomeadamente na fase de decisão final sobre os desenhos das moedas - pelo Senhor Presidente da República. As moedas metálicas timorenses foram assim o resultado de uma ampla conjugação de esforços e de um alargado consenso que faz delas verdadeiramente “as nossas moedas”!

### **A preparação da campanha de divulgação pública das moedas**

Através de uma conferência de imprensa realizada logo a seguir à assinatura do contrato, a opinião pública foi devidamente informada sobre o processo de criação das moedas, tendo para além disso a ABP/BPA elaborado e profusamente distribuído no mesmo mês de Maio um número especial do seu Boletim Económico, exclusivamente



consagrado à emissão das moedas. Refira-se a propósito que, pela primeira vez, um documento oficial da ABP/BPA foi elaborado e distribuído nas duas línguas oficiais do país.

Dado que as novas moedas só chegariam a Timor-Leste no final de Outubro e só seriam colocadas em circulação no mês de Novembro, foi decidido concentrar a campanha promocional junto de toda a população precisamente nestes dois meses. Fazer essa campanha em Maio ou em Junho seria desaconselhável, dado que as moedas só chegariam às mãos das pessoas quase seis meses depois, em Novembro de 2003.

Tomando como referência a experiência adquirida quando da promoção da utilização do dólar americano como moeda nacional, foi criada na ABP/BPA uma comissão especial encarregue de planear e programar exaustivamente todos os detalhes dessa grande campanha promocional, que estará a decorrer no momento de divulgação deste relatório. Prevê-se que haja uma grande cobertura a nível de todo o país, de forma que as novas moedas sejam muito facilmente compreendidas e aceites por toda a comunidade.

Entre os vários aspectos considerados incluem-se dois cartazes, dos quais foram já produzidos dez mil exemplares, bem como um desdobrável, do qual estão disponíveis cinquenta mil exemplares, pelo que poderemos dizer que em Outubro/Novembro praticamente cada família timorense poderá ter em sua casa um elemento de referência para se familiarizar com as novas moedas.

### **A entrada em circulação das primeiras moedas de Timor-Leste**

Finalmente, registre-se que a data do início da campanha de divulgação das moedas foi fixada em 13 de Outubro de 2003. Por sua vez, as moedas entrarão em circulação no dia 10 de Novembro de 2003, sendo feita a cerimónia oficial comemorativa de tal efeméride em 28 de Novembro de 2003. A fixação da data de 10 de Novembro deve-se principalmente à necessidade de tentar evitar que o início da época das chuvas prejudique a distribuição, por todos os distritos do país, das novas moedas.



## **Conselho de Administração**

Luís Quintaneiro  
Abraão Vasconcelos  
Samuel Robinson

## **Conselho de Gestão**

**Director-Geral**  
*Luís Quintaneiro*

**Director-Geral Adjunto  
para a Área da Supervisão**  
*Abraão Vasconcelos*

**Director-Geral Adjunto  
para a Área de Pagamentos**  
*Samuel Robinson*

**Director Administrativo (interino)**  
*Mohamed Yassin*

**Director da Contabilidade**  
*Moses Tefula*

Contactos:

**Autoridade Bancária e de Pagamentos  
de Timor-Leste**  
*Autoridade Bankaria no Pagamentu  
Timor-Leste ninian*

Av<sup>a</sup> Bispo Medeiros  
Caixa Postal 59  
Dili  
Timor-Leste

Telf: ++.670. 331 37 18  
Fax: ++.670. 331 37 16

e-mail: [bancocentraltimor@yahoo.com](mailto:bancocentraltimor@yahoo.com)